

Relações de gênero e trabalho das mulheres na *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*: um balanço de suas duas primeiras décadas (1998-2018)

Jéssika Sonaly Vasconcelos Barbosa-de-Melo¹
Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Joyce Cristina Rodrigues²
Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Maria Fernanda Aguilár Lara³
Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Henrique Araujo Aragusuku⁴
Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

A relação entre trabalho e gênero tem se apresentado como um frutífero campo de estudos nas ciências sociais e humanas. O crescente interesse por essa relação também está presente na Psicologia. Em especial, no campo da Psicologia Social do Trabalho as análises sobre os processos de trabalho são articuladas com dimensões fundamentais para a compreensão do funcionamento da sociedade, tais como raça, classe e gênero. Neste trabalho, por meio de uma revisão de caráter narrativo, buscamos descrever e analisar como o trabalho das mulheres e as relações de gênero têm sido investigados nos artigos publicados na revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Para isso, levantamos os artigos publicados nessa revista de 1998 a 2018, selecionando um *corpus* total de 72 artigos. Nossa análise foi dividida em duas etapas: na primeira, abarcamos uma análise descritiva do *corpus*, e na segunda, realizamos uma profunda análise qualitativa. Os resultados da análise descritiva apontaram que houve um aumento no número total de publicações que abordam questões de gênero e uma diminuição no número proporcional em relação ao total de artigos publicados. Com base na análise qualitativa, argumentamos que ainda existem desafios teóricos e metodológicos a serem superados para que a temática se consolide na psicologia social do trabalho.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho das mulheres, Psicologia social, Revisão.

Gender relations and women's work in the *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*: An overview of its first two decades (1998-2018)

The relationship between work and gender has been presented as a fruitful field of study in social and human sciences. The growing interest in this relationship is also present in Psychology. In particular, in the field of Social Psychology of Work, analyses of work processes are articulated with fundamental dimensions for understanding the functioning of society, such as race, class, and gender. In this work, with a narrative review, we seek to describe and analyze how women's work and gender relations have been investigated in articles published in the journal *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. For this, we surveyed the articles published in this journal from 1998 to 2018, selecting a total corpus of 72 articles. Our analysis was divided into two stages: in the first, we covered a descriptive analysis of the corpus and, in the second, we did an in-depth qualitative analysis. The results of the descriptive analysis indicate an increase in the total number of publications that address gender issues, and a decrease in the proportional number regarding the total number of published articles. Based on the in-depth qualitative analysis, we argue that there are still theoretical and methodological challenges to be overcome for the consolidation of this theme in social psychology of work.

Keywords: Gender, Women's work, Social psychology, Review.

1 <https://orcid.org/0000-0003-1627-6258>

2 <https://orcid.org/0000-0001-5885-8307>

3 <https://orcid.org/0000-0002-2354-7733>

4 <https://orcid.org/0000-0001-9483-3131>

Introdução

O campo da Psicologia Social do Trabalho (PST) emerge no Brasil na década de 1980, nos últimos anos da ditadura militar, em meio ao processo de redemocratização impulsionado pela ação de movimentos sociais e pela abertura política do país. Surge em contraposição ao modelo hegemônico da Psicologia que enfatiza a atuação clínica, a neutralidade científica e o não questionamento do sistema político-econômico vigente (Bernardo et al., 2017). Diferente do que propõe a Psicologia Organizacional, a PST tem o compromisso de olhar o sujeito em sua relação com o trabalho – seja ele formal, informal, doméstico, não remunerado etc. –, considerando aspectos sócio-históricos como eixos fundamentais para a compreensão das relações de trabalho e o adoecimento psíquico decorrente dele (Bastos & Oliveira, 2019; Coutinho et al., 2017). Nesse sentido, as análises sobre os processos de trabalho devem ser articuladas com outras dimensões fundamentais para a compreensão do funcionamento da sociedade, tais como raça, classe, gênero, história de vida, sexualidade, entre outros.

Neste artigo, queremos chamar atenção para a categoria “gênero” como elemento de análise. Em nossa compreensão, para estudar o fenômeno do trabalho em sua complexidade, é fundamental trazer à luz outros temas e categorias analíticas que auxiliam a compreensão dos processos que organizam as relações sociais. Se a PST parte do entendimento do trabalho como atividade marcada por relações de poder – sociais, econômicas e políticas –, não há como ignorar a divisão sexual do trabalho e as relações desiguais de gênero, que historicamente tem colocado as mulheres nos trabalhos ligados à reprodução e ao mundo privado e, na contemporaneidade, tem gerado dupla e tripla jornadas de trabalho a elas (Bruschini, 2007). No campo dos estudos de gênero, foram as teóricas feministas que evidenciaram a importância de analisar a divisão sexual do trabalho, salientando que a “construção social de gênero confere a elas a responsabilidade pelas tarefas domésticas e aos homens o papel de provedor” (Leite, 2017, p. 45).

No âmbito da Psicologia brasileira, foi na Psicologia Social que os estudos de gênero foram incorporados com maior força. Isso aconteceu devido à crise da Psicologia Social iniciada nas décadas de 1970 e 1980, com o questionamento da incorporação acrítica de modelos teóricos norte-americanos, a contraposição à neutralidade da ciência e a abertura para a produção de aportes teóricos latino-americanos. Esse movimento crítico possibilitou a construção de um solo fértil para a incorporação de estudos sobre gênero na Psicologia Social brasileira (Santos et al., 2016).

A incorporação dos estudos de gênero não se deu de forma homogênea, de modo que o campo dos estudos de gênero é marcado pela heterogeneidade epistemológica, teórica e metodológica, sendo “gênero” um termo polissêmico (Haraway, 1991; Santos et al., 2016). Mesmo quando o termo é utilizado para fazer menção à organização social das “relações sociais entre os sexos”, encontramos na literatura distintos usos, dentre eles: (1) como sinônimo de sexo; (2) como sinônimo de estudos sobre a mulher; (3) como construção social de diferenciação de corpos sexuados – em oposição a um determinismo biológico –; (4) e como uma construção social marcada por relações de poder (Santos, 2013; Scott, 1986). Essas diferenças ocorrem tanto pela centralidade que a categoria assume nas análises quanto pelas próprias diferenças ontológicas e epistemológicas que marcam as teorias. Conjuntamente, o gênero se constituiu tanto como uma categoria analítica – de leitura da realidade social – quanto uma temática de estudo focada na compreensão da natureza relacional dessa categoria – relações de poder, desigualdades, conflitos, performances etc. Destacamos que, frequentemente, as duas perspectivas aparecem juntas, como é o caso deste artigo, no qual adotamos “gênero” como temática e como categoria em nossas análises.

No campo da PST, é importante evidenciar estudos pioneiros desenvolvidos por Sylvia Leser de Mello (1988) e Arakcy Martins Rodrigues (1978), que tomam como foco o trabalho desempenhado por mulheres no campo e na indústria, respectivamente. Tendo em vista a existência

de valorosas publicações ao longo da história, lançamos mão das seguintes perguntas: gênero tem sido uma dimensão de análise nas publicações de artigo no campo da PST? A partir de quais aportes teóricos “gênero” tem sido mobilizado nesse campo? Se a PST está comprometida, em última instância, com o questionamento das relações desiguais de poder que permeiam o mundo do trabalho, quais sujeitos estão sendo privilegiados em suas análises? É com base em tais inquietações que o presente estudo foi desenvolvido. Mais especificamente, esta pesquisa tem por objetivo descrever e analisar como o trabalho das mulheres e as relações de gênero têm sido investigados nos artigos publicados na revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (CPST).

A escolha por essa revista se deu por sua representatividade na área, sendo a única revista brasileira especializada em Psicologia Social, congregando estudos oriundos dos principais centros de pesquisa sobre trabalho no Brasil. Desse modo, este estudo busca chamar a atenção para a necessidade de se incorporar a dimensão de gênero nas produções acadêmicas que tratam sobre o mundo do trabalho no âmbito da Psicologia. Acreditamos que este trabalho poderá contribuir para a construção de um panorama geral sobre como o conceito de gênero tem sido abordado por estudos em PST.

Método

Para alcançar o objetivo estipulado, realizamos o levantamento do corpus da revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, de janeiro a maio de 2020, por meio de seu portal oficial⁵, no qual estão disponíveis todas as edições já publicadas. A busca contemplou o período de 1998 a 2018, isto é, de seu primeiro a seu vigésimo primeiro volume. Essa revisão bibliográfica buscou evidenciar elementos do corpus em relação à proposta em destaque, portanto, trata-se de uma revisão de caráter narrativo, voltada à descrição e análise interpretativa do corpus. Porém, foram mobilizadas, conjuntamente, técnicas de sistematização e análise oriundas de outros tipos de revisão (Bastos & Oliveira, 2019; Santos et al., 2016).

Inicialmente, foram levantadas todas as publicações no período supracitado – 289 no total, excluídos editoriais, resenhas e entrevistas –, em 36 edições e 21 volumes. Para a primeira seleção, os descritores “mulher”, “gênero” e “feminin” foram buscados por meio da ferramenta “localizar” do leitor de PDF, abarcando os artigos em sua íntegra – título, resumo, corpo do texto, notas e referências. Os artigos que apresentaram ao menos um dos descritores foram selecionados. Desse modo, foi construído um corpus inicial de 219 artigos. Esses artigos foram compilados em uma tabela com as seguintes informações: nome da pesquisa, nome das(os) autoras(es), ano, descritores encontrados e a quantidade de vezes que cada descritor aparece no texto.

Após esse processo de pré-seleção, foram excluídas as publicações cujos descritores ou (1) não apareciam no corpo do texto – só estavam presentes no título, resumo, notas ou referências –, ou (2) estavam presentes apenas uma única vez no corpo do texto, ou (3), embora utilizassem o descritor “gênero” mais de uma vez, este tinha um sentido distinto – gênero literário, profissional etc. Ao final dessa primeira fase de exclusões, permaneceram 108 artigos.

Em seguida, buscando refinar a seleção para atingir uma maior consistência do corpus, foi feita uma leitura flutuante dos artigos (Bardin, 2002; Bastos & Oliveira, 2019), na qual nos aproximamos pela primeira vez de seus conteúdos. Foi realizada a leitura dos resumos e observado como os descritores utilizados na seleção apareciam ao longo do texto. Isso nos possibilitou um refinamento da seleção, excluindo os artigos que, embora citassem os descritores mais de duas vezes, eram geralmente parágrafos muito específicos que não tinham conexão com a discussão

5 Site de acesso à revista: <https://www.revistas.usp.br/cpst>

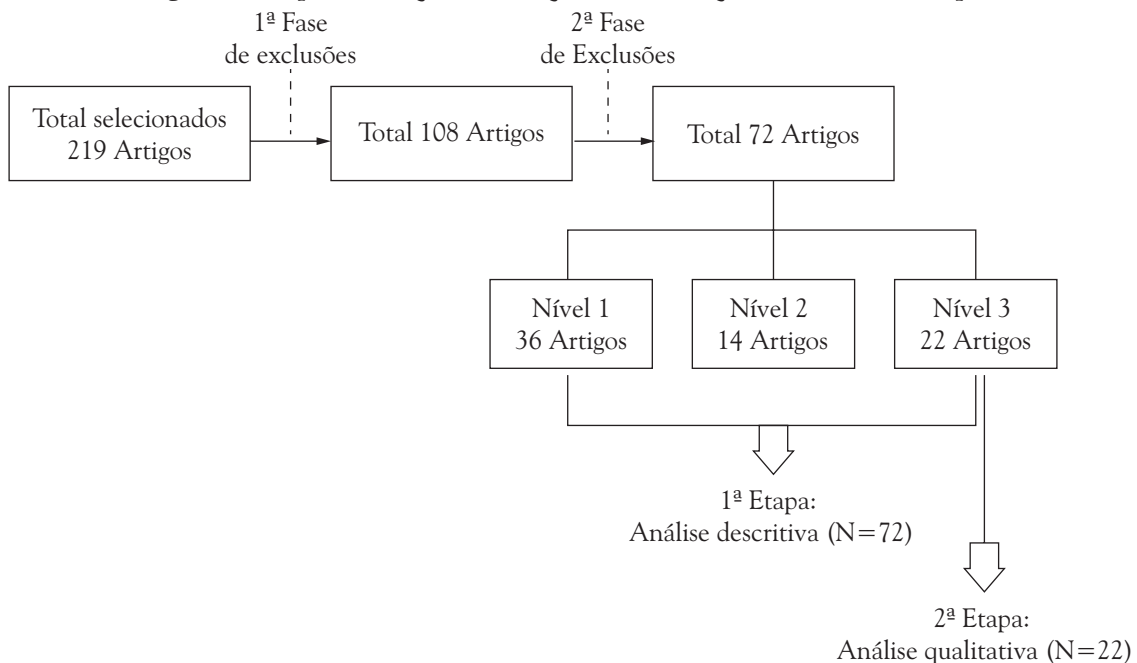
geral do texto ou que estavam presentes apenas na descrição da amostra como sinônimo de sexo feminino e masculino. Ao final dessa segunda fase de exclusões, foram selecionados 72 artigos para o corpus de análise.

Depois desse momento, uma segunda leitura flutuante foi realizada, observando novamente os aspectos anteriores e adicionando novas informações à tabela: objetivos do estudo, métodos e procedimentos, tipo de ocupação estudada e autoras(es) do artigo. Nessa segunda leitura, foi possível observar que foram compilados artigos que possuem diferentes níveis de aprofundamento – desde poucas linhas destinados ao tema a tópicos inteiros, ou mesmo artigos voltados integralmente à discussão sobre relações de gênero. Por esse motivo, os 72 artigos selecionados foram classificados em três níveis de aprofundamento a partir de critérios pré-estabelecidos.

Os artigos de nível 1 (N=36) diferenciam socialmente o lugar de homens e mulheres no mundo do trabalho, porém não trazem qualquer discussão sobre a questão. De nível 2 (N=14), trazem discussões sobre a diferença social entre homens e mulheres, porém (a) não fazem definições teóricas ou conceituais, (b) não se aprofundam sobre as relações de poder, ou (c) mobilizam poucas referências para o debate. Por fim, os artigos de nível 3 (N=22) contemplam todas as ausências destacadas nos níveis anteriores.

Na Figura 1, foram esquematizados os procedimentos de seleção, classificação e análise dos artigos selecionados. O processo de análise do corpus foi dividido em duas etapas. A primeira realizou uma análise descritiva de todo o corpus (N=72) e a segunda uma análise qualitativa, se aprofundando nos artigos de nível 3 (N=22).

Figura 1: Esquematização da seleção, classificação e análise do corpus



Fonte: Elaboração própria.

Na primeira etapa de análise, foi realizada uma descrição quantitativa guiada por sete hipóteses analíticas, construídas em diálogo com discussões presentes na literatura. As hipóteses são que: (1) questões como relações de gênero e trabalho das mulheres são pouco abordadas nos artigos publicados pela revista, (2) a maioria dos artigos que discutem gênero não faz isso de forma aprofundada, (3) o número de artigos sobre gênero e trabalho aumenta ao longo do tempo, (4) o aprofundamento desses artigos também aumenta ao longo do tempo, (5) a maioria do corpus trata sobre ocupações consideradas tradicionalmente femininas, (6) é de autoria de pesquisadoras,

e/ou (7) fazem uso de métodos qualitativos. As hipóteses 1 e 2 foram construídas visualizando uma possível secundarização da questão, em confluência com a universalização do masculino (Hirata & Kergoat, 1994). As hipóteses 3 e 4 dizem respeito ao possível crescimento de artigos que tratam sobre relações de gênero em decorrência do avanço dos estudos feministas nas últimas duas décadas (Facchini et al., 2013; Santos et al., 2016). As hipóteses 5 e 6 trabalham possíveis inclinações sobre o objeto de estudo e a autoria dos artigos. E, finalmente, a hipótese 7 busca averiguar a prevalência do desenho metodológico dos artigos.

A segunda etapa de análise se propôs a avançar na compreensão em profundidade do conteúdo dos artigos de nível 3. Foi realizada uma leitura completa desses artigos, tendo como guia perguntas como: está presente nos objetivos o interesse de olhar para as questões de gênero? A noção de gênero aparece de forma conceituada? Quem são as autoras mais referenciadas? Essas perguntas foram sintetizadas em três categorias de análise: (1) objetivos de cada estudo, (2) como o termo gênero foi conceitualizado, e (3) quais autoras foram mais referenciadas. Essa divisão ocorreu por dois motivos: pela necessidade de compreensão de um panorama geral sobre o tratamento dado ao uso de “gênero” nos artigos publicados pela revista, e pela necessidade de uma discussão aprofundada sobre os aspectos teóricos e conceituais dos artigos, em específico daqueles que apresentaram discussões teóricas mais aprofundadas. Buscou-se, assim, a apresentação de um panorama mais completo sobre esse corpus de artigos.

Discussão e resultados

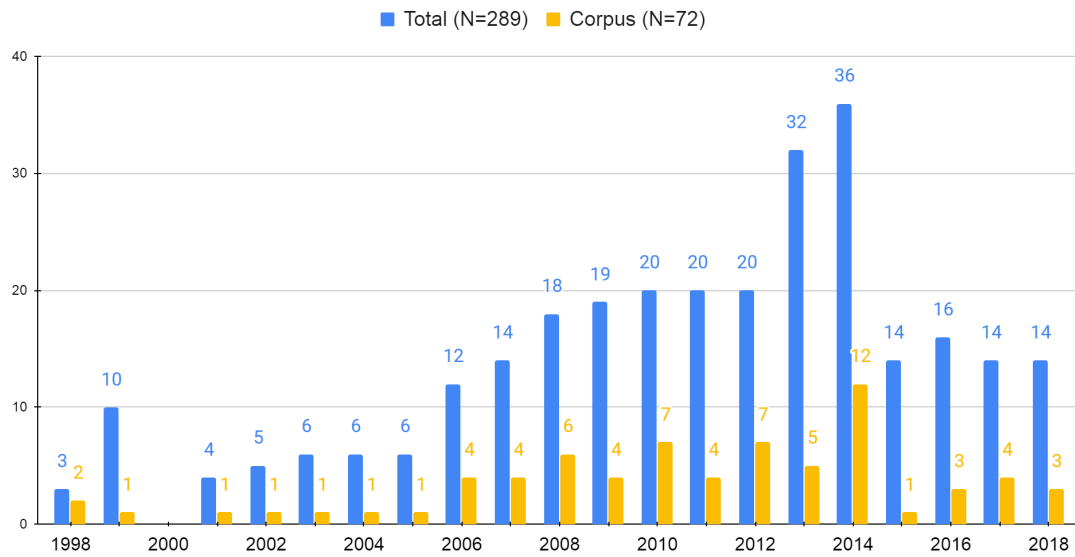
Análise descritiva dos artigos

A revista CPST publicou, entre os anos 1998 e 2018, um total de 289 artigos – excluídos editoriais, entrevistas e resenhas – em 36 edições e 21 volumes. Desse total, foram identificados 72 artigos que abordam a questão das relações de gênero e do trabalho das mulheres. Na Figura 2, observamos a distribuição total das publicações ao longo dos anos. Em relação à totalidade de artigos publicados pela revista, no primeiro decênio (1998-2008), tivemos uma média de 7,6 artigos por ano (84 no total), enquanto, no período posterior (2009-2018), essa média aumentou para 20,5 artigos (205 no total). Já nos artigos selecionados para o corpus, isto é, aqueles que abordam questões de gênero, observamos também um aumento gradual do número absoluto de publicações ao decorrer dos anos. No primeiro decênio, foi publicada uma média de dois artigos por ano (22 no total) e, no período posterior, essa média se elevou para cinco artigos por ano (50 no total).

Em números proporcionais, cerca de 25% dos artigos abordam o tema em suas discussões, o que demonstra que 75% das publicações não mencionam a dimensão de gênero como estruturante nas discussões sobre o mundo do trabalho – lembrando que esses 25% representam todos os artigos que, de alguma maneira, abordaram relações de gênero, independentemente do nível de aprofundamento e de centralidade. Por isso, quando observamos dentro desse universo aqueles que trabalham a temática de forma central – como será demonstrado na hipótese 2 –, encontramos uma porcentagem menor. Tal dado, portanto, corrobora com a hipótese 1: em termos gerais, a dimensão do gênero foi pouco abordada nas publicações da revista, seguindo uma lógica de universalização do masculino que apaga relações desiguais de gênero (Hirata & Kergoat, 1994; Santos et al., 2014).

Essa primeira hipótese é fortalecida pelo resultado da hipótese 2: a maioria dos artigos do corpus não possui um alto nível de aprofundamento sobre a temática. Se optássemos pela seleção apenas dos artigos de nível 3 (N=22), que dão maior centralidade ao tema, para compor o corpus de análise, teríamos apenas 7,6% das publicações totais da revista. Os artigos de nível 2 (N=14) e de nível 1 (N=36) compõem, respectivamente, 5% e 12,4% do total de publicações do período.

Figura 2: Distribuição anual do total de artigos publicados e do total de artigos do corpus



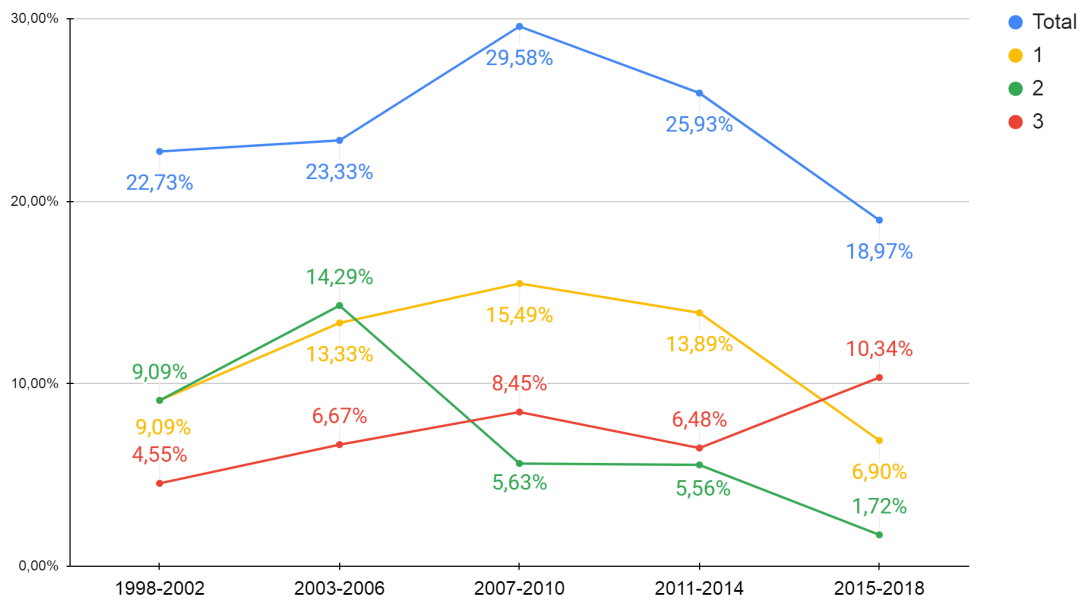
Fonte: Elaboração própria.

Os dados descritos até o momento aparentemente confirmam a hipótese 3 (aumento de publicações ao longo do tempo), pois, progressivamente, o número de publicações sobre a temática aumentou. Isso estaria associado a um crescimento do interesse sobre a temática ao longo dos anos, que pode, sobretudo, estar vinculado à atuação dos movimentos feministas tanto na esfera pública – com a criação da Lei Maria da Penha nº 11.340, de 2 de agosto de 2006, contra a violência de gênero – quanto na academia brasileira (Facchini et al., 2013; Santos et al., 2016). No entanto, ao olharmos o número de publicações que abordaram questões de gênero em relação ao número total de publicações, vemos que a terceira hipótese se sustenta apenas parcialmente. Em proporção, não houve um aumento tão significativo de artigos e, inclusive, há um cenário de diminuição das publicações sobre o tema no período de 2011 a 2018. Como pode ser observado na Figura 3, a despeito de um crescimento no número absoluto de artigos que abordam a questão, em termos proporcionais, esse número vem diminuindo.

Na Figura 3, podemos ver também a evolução histórica do corpus por nível de aprofundamento. Nos dois primeiros períodos (1998-2002 e 2003-2006), a publicação de artigos de nível 3 se encontrava abaixo dos outros níveis. No entanto, ao longo do tempo, a frequência relativa dos artigos de nível 1 e 2 diminuiu, enquanto a publicação de artigos de nível 3 aumentou até alcançar a maior proporção no último período (2015-2018). Desse modo, podemos afirmar que tais dados corroboram com a hipótese 4, confirmando que houve um incremento no nível de aprofundamento das discussões realizadas nos artigos do corpus. Cabe ressaltar que o aumento da publicação de artigos de nível 3 não supriu a queda do número de artigos de nível 1 e 2, resultando na diminuição das publicações nos últimos dois períodos.

A hipótese 5, na qual a maioria dos artigos trabalharia com ocupações consideradas tradicionalmente femininas, caso confirmada, poderia evidenciar que o tratamento da temática do trabalho das mulheres e das relações de gênero estaria restrito a um determinado rol de ocupações – como trabalho doméstico, educação infantil, cuidado em saúde etc. –, limitando a sua abrangência, uma vez que as mulheres estão presentes, mesmo que de forma minoritária, em todas as ocupações. Para confirmar essa hipótese, identificamos em todos os artigos quais ocupações eram estudadas e tabulamos os resultados de forma proporcional. Como visualizado no gráfico I da Figura 4, essa hipótese não se confirmou, pois, a maioria dos artigos (68,1%) trabalhou com ocupações que não são consideradas tradicionalmente femininas.

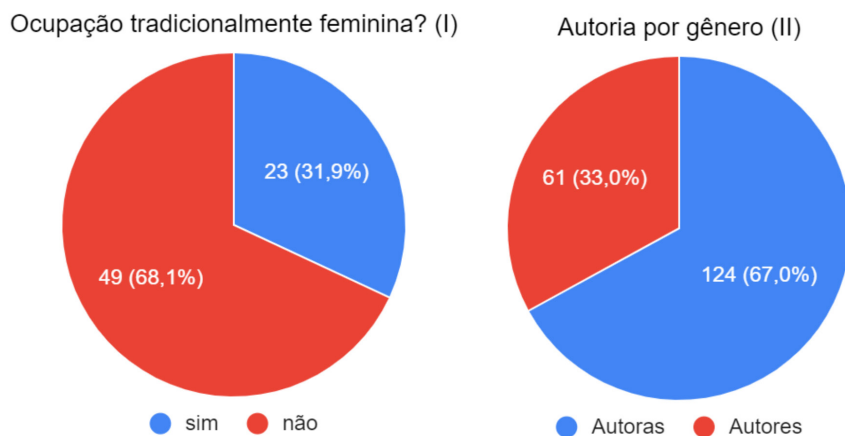
Figura 3: Evolução histórica da porcentagem de artigos do corpus em relação ao total da revista



Fonte: Elaboração própria.

A outra análise realizada diz respeito ao gênero das(os) autoras(es) dos trabalhos selecionados, em confluência com a hipótese 6 de que a maioria dos artigos teria sido escrita por pesquisadoras. Dessa forma, o fator “gênero” poderia ter influenciado no interesse pela temática, evidenciando que pesquisadores do gênero masculino estariam abordando em menor proporção as especificidades do ser mulher e das relações de gênero no mundo do trabalho. No gráfico II da Figura 4, temos a proporção do gênero das(os) autoras(es), com 124 autoras (67%) e 61 autores (33%), o que reforça, à primeira vista, a hipótese de que há mais mulheres abordando a temática em seus artigos.

Figura 4: Gráficos sobre a ocupação estudada (I) e da autoria por gênero (II)



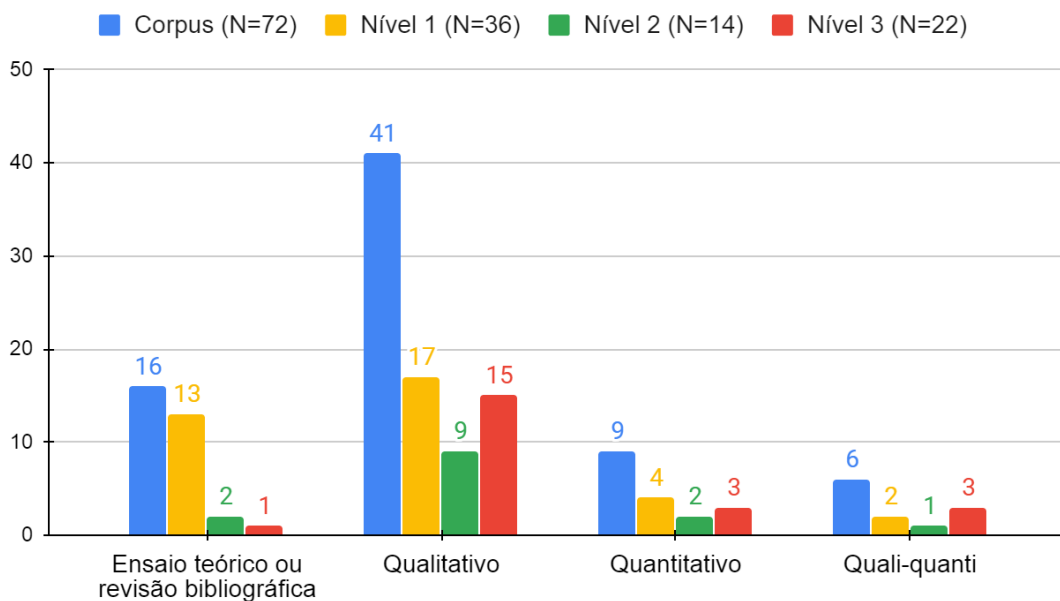
Fonte: Elaboração própria.

Apesar de existir um número maior de mulheres abordando a temática, duas questões devem ser levadas em consideração. Primeiro, a Psicologia é reconhecida historicamente como uma profissão majoritariamente feminina e, desse modo, a maior presença de pesquisadoras pode ser reflexo de uma característica geral da profissão. Segundo, ao analisarmos a distribuição por gênero em cada artigo, vemos que apenas 27,3% foram escritos unicamente por pesquisadoras, enquanto os outros 72,7% dos artigos foram publicados em coautoria com pesquisadores homens.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) aponta que a participação feminina na Psicologia atinge cerca de 89% do total de profissionais. Com esse dado, entendemos que a representatividade feminina em publicações acadêmicas na Psicologia poderia ser mais expressiva e similar ao encontrado na profissão. Isso infere que pesquisadoras na área da Psicologia encontram barreiras por causa do seu gênero ao exercer sua profissão, assim como já discutido por vários estudos sobre as mulheres na ciência (Backes et al., 2016; Lima, 2013). Desse modo, essa sexta hipótese é, por conseguinte, parcialmente confirmada, pois outros elementos de análise devem ser incluídos para uma reflexão mais aprofundada.

Na Figura 5, está disposta a distribuição dos artigos por método, dividida em: ensaio teórico ou revisão bibliográfica, qualitativo, quantitativo e quali-quant. De forma a confirmar a hipótese 7, nesse corpus, a maioria dos artigos são de base qualitativa – mais especificamente, 57% (41) – e, se somarmos eles aos ensaios teóricos e bibliográficos (22,2%, 16), o número cresce para 79,2% (57) do total. Apenas 20,8% (15) dos artigos utilizam métodos quali-quant ou quantitativos. Esses dados não possuem um impacto específico sobre a análise do tratamento da temática do trabalho das mulheres e das relações de gênero na revista, porém, demonstram um maior direcionamento dos artigos do corpus para uma epistemologia qualitativa, algo que pode ser resultante da predominância do uso de métodos qualitativos na Psicologia Social de matriz latino-americana (Ferreira, 2010).

Figura 5: Distribuição, por método utilizado, do corpus total e dos três níveis



Fonte: Elaboração própria.

Análise qualitativa dos artigos

Neste tópico, analisaremos os artigos classificados como nível 3 (N=22), com o objetivo de responder alguns questionamentos que surgiram durante a revisão das publicações. De maneira geral, os 22 artigos classificados no nível 3 compartilham alguns elementos e características. Como já explicitado anteriormente, são artigos que estudam o trabalho exercido por mulheres, não necessariamente aquele considerado historicamente feminino (Amato et al., 2010; Belo & Camino, 2012; Nogueira, 2006; Zauli et al., 2012), ou artigos que apresentam as mulheres como protagonistas, ou como maioria entre os(as) participantes das pesquisas.

Quando se trata de um estudo teórico, é discutido o “ser mulher” no mundo do trabalho, traçando reflexões teóricas sobre relações de gênero e as particularidades do trabalho feminino (Colcerniani et al., 2015). Além disso, todos os artigos utilizam, em seu corpo teórico ou nas análises, o termo “gênero” e, na maioria deles, há uma discussão teórica mais aprofundada sobre as relações de poder e desigualdades sociais motivadas por gênero (Borges & Detoni, 2017; Coutinho et al., 2018; Gondim et al., 2013; Santos et al., 2014).

Centralidade nos objetivos

Sobre a categoria centralidade nos objetivos, ao tentarmos responder se houve uma preocupação das(os) autoras(es) em expressar, nos objetivos do artigo, o interesse em investigar as questões de gênero, foi possível observar três aspectos. Primeiro, encontramos a referência direta ao termo “gênero” nos objetivos em apenas seis artigos. Como exemplo, temos o artigo de Belo e Camino (2012) sobre papéis profissionais cujo objetivo foi “enfocar os papéis construídos a respeito do gênero nos contextos de trabalho caracterizados como masculino e feminino” (p. 273). Outro exemplo pode ser visto no artigo de Santos et al. (2014), que busca “analisar o entrelaçamento das categorias trabalho, gênero e raça, discutindo os arranjos sociais responsáveis pela criação de um não lugar destinado a mulheres, negros/as e, particularmente, às mulheres negras” (p. 19). Segundo, entre os demais artigos, identificamos 13 deles que, embora não citem explicitamente o termo “gênero”, apresentam uma clara preocupação desde o início em olhar especificamente para o trabalho das mulheres e seus desdobramentos. Por exemplo, temos o objetivo do artigo de Garcia et al. (2010), que se propõe a “analisar a relação entre a identidade feminina e a identidade profissional entre vendedoras ambulantes” (p. 32); as autoras fazem um recorte de gênero ao olhar especificamente para as mulheres no trabalho ambulante, buscando compreender o que é trabalhar em um território atribuído socialmente ao masculino. Outro exemplo, é o artigo de Zauli et al. (2012), que objetiva analisar “as oportunidades de ascensão da mulher na carreira, em termos de igualdade na ocupação de cargos de alta chefia na Câmara dos Deputados” (p. 54). Sendo assim, as autoras buscaram investigar as relações de gênero, identificando as diferenças e desigualdades no mundo do trabalho entre homens e mulheres, sem citar o termo “gênero”.

Por outro lado, encontramos três artigos que não apresentam, em seus objetivos, o interesse em abordar gênero, mas o fazem em suas análises, ou seja, os artigos trabalham as relações de gênero como dimensão analítica e não como temática principal. Avaliamos que essas(es) autoras(es) apresentaram um posicionamento crítico ao abordarem as relações de gênero ao longo do texto, pois, embora a temática não tenha sido apresentada como o objetivo central da investigação, esse foi um aspecto importante no desenvolvimento das análises. Como exemplo, temos o artigo de Alberto et al. (2010) com seu objetivo de “apresentar dados de duas pesquisas que investigaram o trabalho infantil informal na rua, nas quais se identificam os riscos a que crianças e adolescentes estão submetidos” (p. 59). Nesse artigo, as autoras encontraram diferenças de gênero no trabalho de crianças e adolescentes em situação de rua, confirmando que há nas ruas uma divisão sexual do trabalho infantil, explicitada pela presença esmagadora de meninos na rua e por uma divisão de tarefas marcada por desigualdades de gênero.

É interessante perceber que, de modo geral, os artigos tentam conhecer, compreender e/ou analisar as diferenças de gênero entre “masculino e feminino”, traçando reflexões sobre as relações desiguais de poder que se estabelecem no mundo do trabalho. Por via de regra, os artigos fazem uma comparação, destacando as diferenças, implicações e percepções de mulheres e homens. Essas desigualdades se expressam em uma diversidade de temas, como: processo saúde-doença (Poldi et al., 2011), atribuição de sentidos (Diogo & Maheirie, 2008), identidades (Garcia et al., 2010), precarização (Oliveira-Monteiro et al., 2016; Ribeiro et al., 2012), trabalho sexual (Bonifácio & Tilio, 2016; Silva et al., 2018) e trabalho infantil (Alberto et al., 2009).

Conceitualização

Quanto à categoria “conceitualização”, identificamos apenas oito artigos que definem gênero ao longo do texto. Entendemos que conceituar refere-se à descrição e/ou a inferências detalhadas com base em teorias explicativas e/ou argumentativas. Por exemplo, temos o artigo de Santos et al. (2014), que cita a psicóloga Tânia Fonseca para conceituar a noção de gênero, dizendo que

A categoria gênero surgiu em substituição ao termo sexo, pois este produzia entendimentos fundados somente no biológico. Conforme Fonseca “ . . . ninguém se faz homem ou mulher apenas pelo fato de ter nascido macho ou fêmea, as identidades subjetivas são masculinizadas e feminizadas a partir de longos processos de inculcação e socialização”. Gênero transcende o corpo e se inscreve nas relações sociais estabelecidas nas instituições, nas estruturas, nas práticas cotidianas etc. (p. 20)

O artigo escrito por Zauli et al. (2012) segue a mesma linha teórico-conceitual. A partir das definições apresentadas pela socióloga espanhola María Izquierdo, as autoras conceituam que “sexo” é o estado biológico de ser homem ou mulher, e que “gênero” se refere aos papéis socioculturais que as pessoas desempenham e os significados culturais atribuídos às diferenças biológicas e sociais. De forma similar, Gondim et al. (2013) definem gênero “como uma categoria sociológica que se refere à construção social e cultural dos papéis que homens e mulheres desempenham na vida diária” (p. 154).

Dos oito artigos que conceituam a noção de gênero, três se fundamentam no referenciado artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, da historiadora norte-americana Joan Scott (1986). Essa reconhecida teórica feminista apresentou reflexões inovadoras para o campo das Ciências Humanas, sobretudo ao desenvolver uma perspectiva teórica de gênero, conceito central em seus estudos, por evidenciar as relações de poder que perpassam os processos sociais e as distintas funções atribuídas a homens e mulheres. Como destacam Diogo e Maheirie (2008), citando indiretamente Scott, “As relações de gênero são construções sociais que possuem base material e representam um processo da produção dos lugares de poder em determinada sociedade” (p. 260).

Embora o número de artigos que conceituam de forma mais explícita o conceito utilizado de gênero seja relativamente baixo, o fato dos outros artigos não desenvolverem esse conceito não compromete as suas discussões teóricas, à medida que promovem um debate mais voltado para o aprofundamento de seus objetos de estudo, em paralelo ao debate sobre relações de gênero. Desse modo, algumas temáticas e categorias analíticas ganham destaque, tais como: identidade de gênero (Nogueira, 2006), desigualdades e inserção profissional (Corsini & Souza Filho, 2004), trabalho reprodutivo e produtivo (Garcia, 2008), estereótipos de gênero (Carmona-Cobo et al., 2014) e dupla jornada de trabalho (Garcia et al., 2010). Portanto, tais artigos escolhem enfocar e desenvolver esses temas e conceitos de aplicação mais específica, sendo o gênero um importante elemento teórico subjacente.

Como exemplo, temos o artigo de Poldi et al. (2011) sobre a ótica de domésticas e pedreiros em relação a suas ocupações, desenvolvendo as discussões a partir de pesquisadoras como a nipo-brasileira Helena Hirata e a francesa Danièle Kergoat, sem necessariamente trazer de forma explícita uma conceitualização de gênero. O artigo se referencia nessas pesquisadoras ao apresentar o seguinte trecho:

toma corpo um movimento de feminização do mercado de trabalho, caracterizado por um aumento da participação proporcional das mulheres, embora com uma clara desvantagem em relação aos indivíduos do sexo oposto, tanto do ponto de vista do rendimento quanto da perspectiva da qualidade das ocupações criadas e da sobrecarga decorrente do acúmulo com as atividades domésticas e familiares (Poldi et al., 2011, pp. 161-162).

Além disso, refletimos que não foi feita nos artigos uma apropriação do conceito de gênero no sentido restrito de “mundo das mulheres”, como chamou a atenção Scott (1986) ao observar que muitos trabalhos eram escritos como se gênero fosse sinônimo de “mulher”. Para a autora, esse sentido restrito poderia simplificar o debate ao não problematizar as questões vinculadas às relações desiguais de poder presentes na sociedade e poderia também perpetuar a invisibilidade dos processos sociopolíticos que permeiam homens e mulheres, privilegiando os primeiros. Portanto, compreendemos que os artigos do corpus deram visibilidade aos processos de gênero, articulando as vivências de mulheres e homens em um contexto relacional, perpassado por relações de poder, conflitos políticos e desigualdades sociais.

Referencial teórico

Por fim, a respeito da categoria referencial teórico, procuramos verificar quem são as(os) pesquisadoras(es) de referência com as(os) quais os artigos dialogam, tanto para a construção teórica quanto para as análises realizadas. Foi possível perceber uma enorme variedade de citações nos artigos, dentre nomes conhecidos nos estudos de gênero, no contexto nacional e internacional, e nomes menos conhecidos. Observamos que existem elementos semelhantes à categoria anterior, pois muitos artigos apresentam um referencial mais voltado ao tema específico que se propõem a investigar, dialogando com os(as) autores(as) de referência da área em questão. Contudo, tais autores(as) foram utilizados não só para conceituar o campo, mas também como referências para debater as relações de gênero. Por exemplo, é o que faz o artigo de Souza e Novo (2001) sobre o processo de saúde e doença em casos de Lesão por Esforço Repetitivo (LER), no qual o psiquiatra francês Christophe Dejours é citado ao longo do debate sobre as diferenças de gênero no mundo do trabalho. Nas palavras das autoras, “Para Dejours, a doença tem implicações diferentes para os homens e para as mulheres. Para eles, a doença leva à paralisação do trabalho; para elas, não, porque elas não podem deixar de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos” (p. 36). Nos outros artigos, além de Dejours, importantes teóricos também foram citados de forma similar, como Karl Marx, Lev Vygotsky e Michel Foucault.

A forma como o referencial teórico foi utilizado nos faz refletir, com base em Matos (2008), sobre como esses artigos abordam a perspectiva de gênero enquanto um aspecto teórico relevante para a contextualização do objeto, contudo, não a apresentando como um elemento central para a análise de seus dados. É como se as lentes pelas quais as autoras enxergam as desigualdades de gênero no mundo do trabalho não estivessem baseadas em proposições teóricas “clássicas” sobre o conceito de gênero, ou em “teorias de gênero” propriamente ditas, enquanto propostas estruturadas por uma perspectiva feminista (Haraway, 1991; Matos, 2008; Scott, 1986). Tais estudos são construídos a partir da articulação entre teorias clássicas da PST e discussões sobre as relações de gênero no mundo do trabalho, uma articulação que podemos intitular, em paralelo, de “teorias e gênero” (Matos, 2008). Com base nessa proposta de diferenciação – entre trabalhos que articulam “teorias e gênero” e que mobilizam “teorias de gênero” –, encontramos nessa seleção 11 artigos que podem ser enquadrados no primeiro grupo e outros 11, no segundo.

Como exemplo do primeiro grupo, temos também o artigo de Corsini e Souza Filho (2004), que não apresenta claramente um conceito de gênero e, ao discutir as dificuldades enfrentadas por mulheres, o fazem recorrendo unicamente a referenciais da teoria das representações sociais – tema principal do estudo. As(os) autoras(es) abordam o psicólogo social francês Serge Moscovici, ao apresentar que

o conflito enfrentado pelas mulheres que aspiram ou já exercem posições de liderança, seja na política, no trabalho ou nas relações sociais em termos amplos, é uma transição entre a marginalidade social da mulher no mundo do trabalho e o reconhecimento de que a liderança eficaz não passa necessariamente por possíveis atributos exclusivamente masculinos. (Corsini & Souza Filho, 2004, p. 68)

Em relação ao segundo grupo, dos artigos que mobilizam “teorias de gênero” propriamente ditas, destacamos a citação recorrente de algumas autoras que podem ser consideradas referências para o campo dos estudos de gênero. Em especial, Danièle Kergoat e Helena Hirata, pesquisadoras reconhecidas na Sociologia do Trabalho francesa, foram citadas por um maior número de trabalhos – a primeira em sete artigos, e a segunda em seis. As duas autoras trabalharam em conjunto no *Groupe d’Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail* do *Centre National de Recherche Scientifique*, na França, e possuem uma vasta obra sobre desigualdades de gênero no mundo do trabalho (Hirata, 2018; Hirata & Kergoat, 1994).

Uma série de autoras das “teorias de gênero” foram citadas em mais de um artigo do corpus. Como apresentado anteriormente, Joan Scott foi citada três vezes, ganhando destaque no processo de conceituação geral da noção de gênero. As outras autoras, as quais daremos destaque a seguir, foram citadas em dois artigos diferentes. As filósofas norte-americanas Nancy Fraser e Judith Butler, vinculadas à teoria crítica, foram mobilizadas para as discussões sobre relações de poder e desigualdades de gênero. As sociólogas brasileiras Nadya Guimarães e Maria Cristina Bruschini foram citadas como referências do campo da Sociologia do Trabalho, e a pedagoga brasileira Guacira Lopes Louro, como referência nos debates sobre gênero e sexualidade. Por fim, em relação à Psicologia, tivemos citações à brasileira Tânia Fonseca e à norte-americana Madeline Heilman, ambas reconhecidas no debate sobre gênero e trabalho.

Destacamos que essa diversidade é bastante interessante, pois enriquece as discussões que envolvem a análise das relações de gênero no mundo do trabalho. A partir dessas autoras, por um lado, fica evidente que a PST é uma área que se relaciona diretamente com a Sociologia do Trabalho (Coutinho et al., 2017). Por outro, é notável a ausência de referências de psicólogas sociais nas publicações, dado que apenas duas estão entre as autoras referenciadas nos artigos. É importante destacar também que autoras latino-americanas não ganham ainda um lugar protagonista nesse tipo de diálogo entre gênero e trabalho, sendo preteridas por referências europeias ou norte-americanas. Aliás, temos como referências mais mobilizadas a francesa Danièle Kergoat e, em seguida, a nipo-brasileira Helena Hirata que, embora seja naturalizada brasileira, tem atuado na França na maior parte de suas vidas.

Síntese dos resultados

Assim como exposto nos tópicos anteriores, realizamos dois tipos de análise para compreender os principais elementos do corpus de artigos que tratam sobre a temática das relações de gênero e do trabalho das mulheres na CPST. No Quadro 1, apresentamos uma síntese dos resultados obtidos na primeira análise, explicitando o desfecho da testagem de cada uma das sete hipóteses previamente elencadas.

Quadro 1: Síntese dos resultados obtidos a partir da testagem das hipóteses elencadas para a análise do corpus total (N=72)

Hipótese 1	Sim, em termos gerais a dimensão do gênero foi pouco abordada nas publicações da revista (apenas em 25% do total)
Hipótese 2	Sim, a maioria das publicações não estão no maior nível de aprofundamento sobre a temática (apenas 7,6% em nível 3)
Hipótese 3	Parcialmente; apesar de um aumento no número absoluto de publicações ao longo do tempo, temos uma tendência de queda no número proporcional no período de 2011 a 2018
Hipótese 4	Sim, houve um crescimento no nível de aprofundamento das publicações (diminuição dos níveis 1 e 2, e aumento do nível 3)
Hipótese 5	Não, a maioria dos artigos (68,1%) não trabalhou com ocupações consideradas tradicionalmente femininas
Hipótese 6	Parcialmente; apesar de uma presença maior de autoras do gênero feminino (67%), não é possível identificar uma inclinação, pois outros fatores devem ser melhor analisados
Hipótese 7	Sim, a maioria dos artigos (57%) sobre a temática são de base qualitativa

Fonte: Elaboração própria.

Alguns pontos da discussão dos resultados dessa primeira análise merecem destaque. Primeiro, é importante ressaltar que a maioria dos artigos não se centrou em ocupações consideradas tradicionalmente femininas, desse modo, o tema poderia ganhar destaque unicamente por um fator contextual. Segundo, houve um incremento ao longo do tempo no número de artigos que dão centralidade e trabalham a temática a partir de um maior aprofundamento teórico e conceitual, evidenciando de forma mais detalhada as desigualdades sociais que atravessam as relações de gênero no mundo do trabalho. Por fim, apesar da constatação do aumento no número absoluto de artigos e no nível de aprofundamento, isso não produziu um aumento proporcional no número de artigos publicados na revista sobre trabalho das mulheres e relações de gênero. Desde 2010, temos presenciado um decréscimo proporcional dos artigos que abordam essa temática – um cenário, por exemplo, bem distinto daquele visto na revista *Psicologia & Sociedade*, na qual o crescimento ao longo dos anos ocorreu conjuntamente, de forma absoluta e proporcional, com o estudo de Santos et al. (2016).

No Quadro 2, apresentamos uma síntese dos resultados obtidos a partir da segunda análise, que abarcou unicamente os artigos enquadrados no nível 3, isto é, aqueles que manifestaram um maior grau de centralidade e aprofundamento sobre a temática. O quadro foi dividido em três categorias de análise – centralidade nos objetivos, conceitualização e referencial –, que se subdividiram em tipos. Na última coluna, apresentamos a distribuição dos artigos em cada tipo.

Quadro 2: Síntese dos resultados obtidos na análise qualitativa dos artigos de nível 3 (N=22)

Subdivisão em tipos		Nº de Artigos
Centralidade nos objetivos	Interesse explícito na discussão do conceito de “gênero”	6
	Interesse na discussão sobre trabalho feminino, abarcando relações de gênero	13
	O objetivo principal do artigo não perpassa as relações de gênero	3
Conceitualização da noção de “gênero”	Conceitua	8
	Não conceitua	14
Referencial teórico mobilizado	Mobilizam “teorias de gênero”	11
	Mobilizam “teorias e gênero”	11

Fonte: Elaboração própria.

Primeiramente, vemos que a despeito de poucos artigos apresentarem de forma explícita o interesse em discutir o conceito de gênero em seus objetivos, tal fato não resultou em um baixo aprofundamento teórico sobre relações de gênero. De forma geral, os artigos buscaram descrever e analisar as diferenças de gênero no mundo do trabalho, dando destaque às particularidades do trabalho das mulheres e às desigualdades de gênero. Segundo, apesar dos artigos do corpus darem centralidade à temática, é importante destacar que a maioria deles não conceitua de forma explícita a noção de gênero, mesmo quando ela é mobilizada como um conceito que fundamenta as análises. Terceiro, vemos que metade dos artigos não mobilizaram, em suas discussões e análises, teorias de gênero propriamente ditas. Dos artigos que mobilizam teorias de gênero, é importante destacar que os trabalhos de Danièle Kergoat e Helena Hirata foram as principais referências utilizadas para fundamentar teoricamente a discussão sobre relações de gênero no mundo do trabalho.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo analisar como o trabalho das mulheres e as relações de gênero têm sido investigados nos artigos publicados na revista CPST. Nas últimas décadas, a temática de gênero tem ganhado destaque na literatura acadêmica e se constituído como um campo de estudos,

sobretudo por evidenciar e desnaturalizar relações desiguais de poder que são fundadas em diferenças de gênero (Facchini et al., 2013; Matos, 2008; Santos et al., 2016). Desse modo, buscamos analisar se as relações de gênero e o trabalho das mulheres têm sido um eixo central de análise nas publicações da revista e, paralelamente, verificar de que forma as discussões sobre a temática foram construídas em termos teóricos e conceituais.

A partir dos resultados obtidos, queremos chamar atenção à presença da temática nas publicações da revista e ao nível de aprofundamento, teórico e conceitual, das análises. É importante destacar que, ao longo dos anos, tivemos um incremento no nível de aprofundamento, com a publicação de mais artigos que dão centralidade à temática. No entanto, mesmo com o aumento da relevância social da temática e um maior aprofundamento teórico (de gênero) nos artigos da revista, houve uma diminuição no número proporcional de artigos publicados que abordaram as relações de gênero e o trabalho das mulheres.

Nesse sentido, acreditamos que é fundamental uma reflexão sobre o motivo de o tratamento da temática não ter aumentado proporcionalmente ao decorrer dos anos, e sobre o que pode ser feito, em termos de política editorial, para favorecer um melhor tratamento acadêmico das relações de gênero e das particularidades de ser mulher no mundo do trabalho. Apesar de, ainda hoje, esse mundo ser perpassado por acentuadas desigualdades de gênero (Bruschini, 2007; Coutinho et al., 2018; Hirata, 2018; Leite, 2017), a maioria das publicações da revista durante o período elencado não fez uma única referência à temática do trabalho das mulheres ou ao conceito de gênero. No período mais recente, de 2015 a 2018, aproximadamente 80% dos trabalhos analisaram o mundo do trabalho a partir de um viés universalista que favorece uma supremacia masculina nas análises.

Por último, destacamos que, mesmo nos trabalhos que dão centralidade ao tema, existe ainda a necessidade de um maior detalhamento teórico e conceitual sobre a noção de gênero – especificando processos psicossociais e relações de poder – e uma maior mobilização e articulação da literatura especializada do campo de estudos de gênero para a análise do mundo do trabalho. Acreditamos que, a partir de um maior aprofundamento teórico-conceitual, haja um caminho promissor para a construção e publicação de novos artigos que deem visibilidade ao trabalho das mulheres e às relações de gênero no campo da PST.

Referências

- Alberto, M. F. P., Santos, D. P., Leite, F. M., Lima, J. W., Paixão, G. P., & Silva, S. A. (2009). Trabalho infantil doméstico: Perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(1), 57-73. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i1p57-73>
- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Souza, G. P., & Nunes, T. (2010). O trabalho infantil na rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 59-71. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p59-71>
- Amato, T. C., Pavin, T., Martins, L. F., Ronzani, T. M., & Batista, A. (2010). Trabalho, gênero e saúde mental: Uma pesquisa quantitativa e qualitativa entre bombeiros. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 103-118. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p103-118>
- Backes, V. F., Thomaz, J. R., & Silva, F. F. (2016). Mulheres docentes no ensino superior: Problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, 9(2), 166-181. <http://dx.doi.org/10.14571/cets.v9.n2.166-181>
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, J. A., & Oliveira, F. M. U. (2019). Cadernos de Psicologia Social do Trabalho: Metassíntese da produção publicada em duas décadas. *Psicologia & Sociedade*, 31, e214493. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31i214493>
- Belo, R. P., & Camino, L. (2012). Trabalho e gênero: Elaboraões discursivas sobre os papéis profissionais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 271-286. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i2p271-286>

- Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C. C. (2017). Linhas paralelas: As distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>
- Bonifácio, D., & Tilio, R. (2016). Mulheres profissionais do sexo e o consumo excessivo de álcool. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(1), 29-43. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i1p29-43>
- Borges, T. M. B., & Detoni, P. P. (2017). Trajetórias de feminização no trabalho hospitalar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 20(2), 143-157. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i2p143-157>
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- Carmona-Cobo, I., Garrosa, E., Moreno-Jiménez, B., & Barrio, E. (2014). Influencia de los estereotipos de género en la valoración del incivismo laboral. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 190-205. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i2p190-205>
- Colcerniani, C. B., D'Ávila Neto, M. I., & Cavas, C. (2015). A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 18(2), 169-180. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v18i2p169-180>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Psicologia: Uma profissão de muitas e diferentes mulheres*. CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres/>
- Corsini, L., & Souza Filho, E. (2004). Um estudo sobre as representações sociais de mulheres executivas: Estilo de comportamento e de gestão. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 67-80. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v7i0p67-80>
- Coutinho, M. C., Bernardo, M. E., & Sato, L. (Orgs.). (2017). *Psicologia social do trabalho*. Vozes.
- Coutinho, M. C., D'Avila, G. T., Maders, T. R., & Morais, M. (2018). Trabalhadoras domésticas: Trajetórias, vivências e vida cotidiana. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(1), 87-101. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>
- Diogo, M. F., & Maheirie, K. (2008). Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 257-272. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v11i2p257-272>
- Facchini, R., Daniliauskas, M., & Pilon, A. C. (2013). Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: Situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, 44(1), 161-193.
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.esp.), 51-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Garcia, M. R. V. (2008). Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v11i2p241-256>
- Garcia, M. R. V., Segre, A., Baccaro, A. F., Silva, L. M., Costa, L., & Cândido, M. S. (2010). “Mulheres guerreiras”: Identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 27-42. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p27-42>
- Gondim, S. M. G., Amparo Sobrinho, J. B., Santana, V. S., Santos, V. M., & Saveia, J. M. (2013). Gênero, autoconceito e trabalho na perspectiva de brasileiros e angolanos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 153-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16i2p153-165>
- Haraway, D. J. (1991). ‘Gender’ for a marxist dictionary: The sexual politics of a word. In D. J. Haraway (Ed.), *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature* (pp. 127-148). Routledge.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, classe e trabalho. *Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, 2(1), 93-100. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Leite, M. P. (2017). Gênero e trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. *Ciências do Trabalho*, 8, 45-60.
- Lima, B. S. (2013). O labirinto de cristal: As trajetórias das cientistas na física. *Estudos Feministas*, 21(3), 883-903. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300007>

- Matos, M. (2008). Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, 16(2), 333-357. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: Mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. Ática.
- Nogueira, M. C. O. C. (2006). Os discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(2), 57-72. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i2p57-72>
- Oliveira-Monteiro, N. R., Scachetti, R. E., Vieira, T. H., & Aznar-Farias, M. (2016). Terceirização e estabilidade no emprego: Estudo sobre a hierarquia de valores laborais de trabalhadores terceirizados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(1), 17-28. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i1p17-28>
- Poldi, R. M. V., Borges, L. H., & Dalbello-Araujo, M. (2011). Trabalho e saúde sob a ótica de domésticas e pedreiros do município da Serra, ES. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(2), 161-177. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i2p161-177>
- Ribeiro, I., Nardi, H., & Machado, P. (2012). Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 243-254. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i2p243-254>
- Rodrigues, A. M. (1978). *Operário, operária*. Símbolo.
- Santos, E., Diogo, M., & Shucman, L. (2014). Entre o não lugar e o protagonismo: Articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 17-32. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>
- Santos, H. M. (2013). A importância de discutir gênero na psicologia. In D. S. V. Andrade & H. V. Santos (Orgs.), *Gênero na psicologia: Articulações e discussões* (pp. 19-33). CRP-03.
- Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: Análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Silva, A. P., Santos, C. R. C., & Carvalho, M. G. (2018). Entre prazeres e sofrimentos: Vivências subjetivas de trabalhadoras sexuais em São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(2), 181-195. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i2p181-195>
- Souza, R., & Novo, H. (2001). Fabricando prazeres, produzindo dores: O cotidiano conjugal de trabalhadoras com Lesões por Esforços Repetitivos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 3, 31-45. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v3i0p31-45c>
- Zauli, A., Torres, C. V., & Galinkin, A. L. (2012). Câmara dos Deputados: Democracia e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(1), 49-64. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i1p49-64>

Endereço para correspondência

jessikasonaly@gmail.com

joycerodrigues@usp.br

mariaf.aguilarlara@gmail.com

henriquearagusuku@usp.br

Recebido em: 23/02/2021

Revisado em: 10/10/2022

Aprovado em: 19/10/2022

